

UMA PERSONAGEM TRÁGICA DA HISTÓRIA MEDIÉVICA PORTUGUESA: O INFANTE D. PEDRO

A TRAGIC FIGURE IN THE HISTORY OF MEDIEVAL
PORTUGAL: PRINCE PEDRO

Thomas F. Earle

Universidade de Oxford

RESUMO

A ascensão e queda do infante D. Pedro, que ocupa mais de a metade da *Crónica de D. Afonso V*, atribuída a Rui de Pina, constitui uma narrativa no sentido dado àquele termo na teorização moderna. É possível, no entanto, que o verdadeiro autor da crónica tenha sido Fernão Lopes, e não Pina. Graças às características do texto a personagem do infante impõe-se em muita literatura posterior, nos epítomes da história portuguesa dos séculos XVI e XVII e na poesia da mesma época.

Palavras-chave: Infante D. Pedro, personagem, crónica, história medieval de Portugal

ABSTRACT

The rise and fall of Prince Pedro, which occupies more than half of the *Crónica de D. Afonso V*, attributed to Rui de Pina, can be regarded as a narrative in the sense given to that term in modern literary theory. It may be, though, that the original author of the chronicle was Fernão Lopes, rather than Rui de Pina. The nature of the text is such that the noble but unjustly persecuted figure of the prince became an essential referent of the epitomes of Portuguese history of the sixteenth and seventeenth centuries and in the poetry of the same period.

Keywords: Prince Pedro of Portugal, personalities in literature, chronicles, Portuguese medieval history

Num livro importante editado há uns anos atrás o Prof. Carlos Reis dá um novo impulso aos estudos literários portugueses fazendo uma reflexão teórica acerca da personagem, tópico pouco explorado nas últimas décadas (Reis, 2015). Numa investigação que deve muito à narratologia francesa de Gérard Genette e à *reader response theory* de Ingarden e de Jauss, mas que vai bastante mais além, o professor português estuda a figuração, isto é, a maneira pela qual a personagem existe dentro e fora da literatura, nomeadamente no espírito do leitor. Nesta comunicação veremos como este fenómeno é visível também na reação de leitores e de escritores quinhentistas e seiscentistas à personagem do infante D. Pedro, o verdadeiro herói da primeira parte da *Crónica de D. Afonso V*, obra atribuída a Rui de Pina.

O Prof. Reis insiste, desde o início do livro, no que chama a “dimensão narratológica da personagem e dos seus atributos” (Reis, 2015: 18). A importância desta “dimensão narratológica” na construção de uma personagem como o infante D. Pedro tornar-se-á evidente nas páginas que se seguem.

É natural que um especialista da literatura realista do século XIX, como o Prof. Reis, se tenha servido sobretudo dos romances escritos nessa época para ilustrar a teoria da figuração mas, como admite, as personagens literárias podem surgir em qualquer época e em géneros que não são novelísticos. Efetivamente, o autor explica como na historiografia, exatamente como na prosa de ficção, existe “uma predominante vocação narrativística que é entendida como inerente aos seus propósitos e às suas finalidades comunicativas” (Reis, 2015: 56). Assim, deve ser possível encontrar personagens na cronística medieval, género narrativo por excelência, como no romance oitocentista,

apesar da enorme evolução da prosa portuguesa entre a época de Fernão Lopes ou de Rui de Pina e a de Eça de Queirós.

Entre os teorizadores citados no livro do Prof. Reis conta-se o americano Hayden White, autor de um artigo muito pertinente acerca da narrativa na crónica medieval (White, 1990). White distingue entre realidade histórica e narrativa pelo facto de esta última ter final, o qual é bem marcado na *Crónica de D. Afonso V* pela “Exclamação” e elogio do defunto que se seguem à morte trágica do infante (Capítulos 126 e 127).¹ Segundo a mesma autoridade, uma narrativa tem em si um fim ético-moral, que pode ser implícito, inerente nas ações narradas, ou explícito, tornado óbvio pelos comentários do autor ao longo do texto, como é o caso da crónica em questão. Outra característica de uma narrativa verdadeiramente histórica é a sua natureza dupla, por outras palavras, existem sempre duas ou mais versões do mesmo evento, das quais o historiador escolhe a que lhe parecer mais verídica. No caso da *Crónica de D. Afonso V* há efetivamente narrativas alternativas, tecidas pelos muitos inimigos do infante D. Pedro, ligados à casa de Bragança, as quais são rejeitadas pelo cronista. Nos princípios do século XVII a versão negativa da carreira do infante formou a temática de um livro feito por Gaspar Dias de Landim, ouvidor e, portanto, partidário dos Bragança (Landim, 1892-4). No entanto, nunca teve o impacto da crónica de Pina.

O Infante D. Pedro (1392-1449), filho de D. João I, irmão menor de D. Duarte e tio de D. Afonso V, desempenhou um papel fundamental no reinado deste último porque foi regente de Portugal durante a menoridade do sobrinho, de 1438 a 1448. A luta pela regên-

1 A numeração dos capítulos em todas as edições da crónica é defeituosa. Neste artigo, os capítulos 4-21 estão renumerados 5-22, e os capítulos 21 (repetido)-213 estão renumerados 23-215. As citações da crónica estão feitas segundo as normas adotadas na edição crítica que será publicada brevemente.

cia, em que o infante teve como opositor a viúva de D. Duarte, a rainha D. Leonor, a vitória de D. Pedro, seguida pela sua queda e morte logo depois de D. Afonso V ter assumido o poder, ocupam mais que a metade da extensa *Crónica de D. Afonso V*, composta por Rui de Pina nos fins do século XV e acabada em 1504. Nas páginas que o cronista dedica à regência o infante surge como personagem dominante, porque Pina não documenta todos os eventos ocorridos ao longo do seu governo, que durou 10 anos, mas só a ascensão e queda do próprio regente, que é sem qualquer dúvida o protagonista da narrativa. Pina, portanto, “estrutura ... a narrativa de acordo com unidades de sentido” (Amado, 2001: 464), técnica seguida também por Fernão Lopes na primeira parte da *Crónica de D. João I*, à qual as palavras citadas se reportam.

Ao falar de Rui de Pina e a *Crónica de D. Afonso V* é quase inevitável falar de Fernão Lopes também, porque desde o século XVI a identidade do verdadeiro autor da obra tem sido objeto de controvérsia. Aqui só é necessário apresentar um sumário da questão, porque o Infante D. Pedro fica sendo a personagem dominante da primeira parte da crónica, fosse quem fosse o escritor responsável pela narrativa do seu trágico percurso.

De uma forma geral a crítica moderna apoia a hipótese segundo a qual Gomes Eanes de Zurara foi o autor dos capítulos referentes a D. Pedro, persuadida em parte pelas próprias palavras do cronista acerca do seu trabalho (Dias Denis, 1949: vol. I, 160-1). No entanto, há argumentos fortes a favor de Lopes, sobretudo argumentos histórico-literários, dos quais um já foi apontado, a concentração numa ação em que uma personagem desempenha um papel preponderante ou, no caso da *Crónica de D. João I*, duas personagens, o Mestre de Avis, mais tarde D. João I, e Nun’Álvares. Há outros paralelismos entre as duas crónicas, sendo o mais significativo a participação do povo lisboeta nos eventos políticos revolucionários de 1383 e de

1439. Na verdade, os cronistas da Idade Média davam pouca atenção à classe popular, tratada normalmente como uma massa anónima, mas Lopes individualiza os homens do povo. Esta faceta da *Crónica de D. João I* é bem conhecida, mas poucos sabem que se encontra também na *Crónica de D. Afonso V*. Além disso, é possível apontar semelhanças entre o destino das duas rainhas, D. Leonor Teles e D. Leonor de Aragão, viúva de D. Duarte, ambas com ligações com Espanha, e ambas obrigadas a fugir para Alenquer, donde emitem ameaças sanguinolentas contra o povo de Lisboa. Além deste, há outros momentos em que a história parece se repetir, por exemplo na expulsão do odiado bispo espanhol da Sé de Lisboa (no tempo de Pina ele era já arcebispo, e escapa à morte violenta do seu predecessor, para depois se exilar), e na ocupação do castelo da cidade pelas forças populares.

Se considerarmos as crónicas que se sabem ser de Zurara, todas dedicadas a feitos cavaleirescos no Norte da África, não encontramos nenhuma narrativa parecida com esta. Além disso, é difícil conceber como Zurara, protegido do Infante D. Henrique, teria composto as críticas bastante duras feitas a ele na *Crónica de D. Afonso V*, por não ter prestado ao irmão, o Infante D. Pedro, o auxílio de que necessitava durante o último ano da sua vida.²

Há já 40 anos José Hermano Saraiva chamou a atenção aos paralelos entre as crónicas de Lopes e de Pina (Lopes, 1977: 13-14), e mais recentemente Teresa Amado notou como os eventos de 1383 e 1439 são parecidos, sem no entanto tornar explícita a hipótese de que Fernão Lopes tivesse sido autor das duas narrativas históricas dedicadas aos movimentos revolucionários de Lisboa (Amado, 1991: 53; Amado, 2001: 449-50). No entanto, é uma conclusão difícil de

2 Ver *Crónica de D. Afonso V*, capítulos 92, 101, 108, 119.

evitar, sobretudo se nos lembrarmos que nos anos 40 do século XV Lopes estava em Lisboa, em contacto com o que se passava na corte, enquanto Pina era ainda uma criança.

Se Lopes tivesse sido o responsável pela investigação do material contido na primeira parte da *Crónica de D. Afonso V*, e pela sua organização, seria talvez mais fácil explicar a alta qualidade do tratamento literário da personagem que é o Infante D. Pedro. Por outro lado, e para fazer justiça a Pina, se este não fez mais que “rever e concertar” uma crónica feita por outro escritor, para empregar as palavras de Damião de Góis (Góis, 1955: IV, 105), não deturpou o trabalho de Lopes, e deixou-nos um retrato admirável do regente.

São sobretudo os ditos e os feitos que constituem a figuração de D. Pedro, ditos e feitos normalmente públicos, testemunhados por pessoas encarregadas de os registar em papel. Por isso, grande parte da narrativa da crónica é feita através da transcrição de documentos oficiais, ou de sumários destes, porque Pina, escrivão da câmara do Príncipe D. João, e portanto de formação burocrática, tinha muita prática em fazer resumos de discursos ou de relatórios, que o seu uso de frases como “que em sustância dizia” atesta. Consequentemente, o acesso à vida íntima do infante é muito limitado, mas há um exemplo em contrário, no Capítulo 24, em que D. Pedro e o irmão menor, o Infante D. João, “s’apartarom sós” para conversar. No entanto, deve ter ficado alguma memória do que foi dito naquela ocasião, talvez transmitida direta ou indiretamente ao cronista por um dos participantes.

A natureza oficial e pública de grande parte dos documentos em que a crónica se baseia torna difícil uma figuração muito complexa ou matizada, mas há uma exceção no Capítulo 28, em que o infante censura os representantes do povo lisboeta por terem permitido manifestações populares na rua contra a Rainha D. Leonor. Naquela ocasião algumas das pessoas presentes julgavam que as palavras

de D. Pedro “nom saíam verdadeiramente de sua vontade, porque tinham concebido que lhe nom pesava de semelhantes movimentos, por serem contra o regimento da rainha e com fundamento de ele o ter”. O cronista prudente deixa a resolução da questão a Deus, mas disse o suficiente para insinuar que havia pelo menos alguma incerteza quanto à isenção do infante no que diz respeito a questões de ambição pessoal.

Normalmente, porém, aparece-nos como líder sem defeitos, o que faz da sua queda um acontecimento verdadeiramente trágico. Segundo o cronista, D. Pedro, homem justo e resoluto, age sempre segundo a lei, ouve conselho antes de tomar qualquer iniciativa, trata a todos com respeito, até os inimigos políticos como a rainha, alcança popularidade entre todas as classes sociais, incluindo o povo urbano de Lisboa, e finalmente comporta-se com modéstia, mesmo humildade, quando o mandato supremo lhe é oferecido.

Não é de surpreender, portanto, que tenha alcançado a regência de Portugal, apesar de D. Leonor, viúva de D. Duarte, ter sido nomeada regente no testamento do marido falecido e de ter entrado em funções pelo menos durante alguns meses. Justificou-se a expulsão da rainha do cargo em parte por ter sido julgada incompetente como gestora e em parte porque, segundo a opinião do jurista Doutor Diogo Afonso Manganha, consultado sobre o assunto mais de uma vez, “molher nom devia ter regimento” (Capítulo 48). Contudo, o infante nunca age precipitadamente, nem neste assunto nem em outros, guiando-se sempre pela decisão das cortes. Na verdade, D. Pedro ouve sempre as opiniões dos conselheiros antes de tomar qualquer decisão importante, como o cronista explica: “Esta ordenança guardou sempre o regente ... de nunca em cousas sustanciais tomar concurção sem conselho escrito dos presentes e ausentes” (Capítulo 64).

Esta regra, porém, teve de ser suspensa quando no dia 1 de novembro de 1439 D. Pedro foi compelido por uma delegação de

doze cidadãos, ou pessoas principais, de Lisboa a aceitar a regência, portanto, antes da reunião das cortes, que só se efetuou umas semanas mais tarde. Contudo, a hesitação de D. Pedro naquela ocasião só serve para o glorificar, para mostrar que não desejava o poder, mas que o aceitaria como dever público. O paralelismo com a atuação do pai que, havia meio século, também hesitou antes de ceder às instâncias do povo lisboeta e aceitar ser “defensor do regno”, é muito evidente (Lopes, 2017: 64-5). Por fim, a 10 de dezembro, perante os três estados reunidos, tudo se regularizou quando o Doutor Manganha provou “que fora bem feito enleger-se [eleger-se] o infante D. Pedro por só regedor”, garantindo assim a legalidade da tomada de posse (Capítulo 48).

Às outras qualidades do infante deve ser acrescentada a da gratidão que mostrou ao povo de Lisboa que assim o tinha elevado ao mandato supremo. Com efeito, um dos primeiros atos do novo regente foi tirar à cidade, e também a Évora e a Santarém, a obrigação detestada da “apousentadoria”, de dar alojamento ao rei e à sua corte sempre que entravam numa destas conglomerações urbanas. A solução encontrada pelo regente foi a construção, no Rossio de Lisboa, do Palácio dos Estaus, que serviu como residência real durante algum tempo. Por seu turno os cidadãos, gratos, queriam erguer uma estátua a D. Pedro sobre a porta do edifício que mandara construir, mas o regente recusou a honra, num capítulo famoso (54) que contribuiu à figuração da personagem do infante e que, no século XVIII, havia de inspirar a poesia de Correia Garção, *Fala do duque de Coimbra recusando a estátua*.³

Como foi, então, que um magistrado com tantas qualidades políticas e pessoais pôde cair em desgraça, acabando por morrer sem

3 O infante era também duque de Coimbra.

glória ao combater contra o rei de Portugal, a quem tinha servido fielmente desde que nasceu? A realidade histórica da queda do infante foi narrada em tempos recentes por Saul Gomes (Gomes, 2009: 82-102), mas o nosso cronista, porém, não situava a queda de D. Pedro no contexto mais vasto da discórdia entre sistemas de governo, como quer Saul Gomes (2009: 89). Antes prefere ver a ruína do infante em termos pessoais, criando uma narrativa trágica verdadeiramente empolgante, que contribuiu para a formação da personagem de D. Pedro como governador justo, perseguido, traído e morto sem causa.

Como já foi dito, na crónica é através da narrativa que a figuração ocorre, porque durante mais de 40 capítulos (Capítulos 84-127) o enfoque do cronista se concentra unicamente nos eventos que levam à ruína da personagem principal. Tudo começa no Capítulo 84, em que o cronista chama a atenção para uma decisão do regente que levou ao seu fim, como torna explícito no sumário do capítulo e no próprio texto. A decisão fatal foi ter nomeado o seu próprio filho, também chamado D. Pedro, ao lugar de condestável de Portugal, posição desejada por D. Afonso, conde de Ourém, filho mais velho do duque de Bragança. Sendo neto de Nun'Álvares, o primeiro condestável do reino, o conde podia com alguma justiça reclamar o lugar, como D. Pedro reconhece, prometendo ceder à vontade do sobrinho se este apresentasse prova escrita de que era o desejo do avô que o condestável fosse sempre descendente direto mas, nas palavras do cronista, “o conde d’Ourém nom mostrou o que, perventura, nom tinha”. Assim, torna-se claro que a decisão do infante de premiar o filho não era, de forma alguma, tirânica ou ilegal, contudo, abriu uma fenda intransponível entre ele e a família do duque, o seu meio-irmão.

Ao longo das crónicas que escreveu Rui de Pina mostrou que cria piamente que os crimes, políticos ou outros, feitos pelos reis e príncipes merecem e recebem neste mundo punição divina. No

entanto, nesta ocasião, o caso era diferente, porque D. Pedro não fizera nenhum ato contrário à lei mas, mesmo assim, a consequência da sua decisão foi a ruína e a morte ignominiosa. Com efeito, a natureza incompreensível da queda do infante torna-se explícita na “Exclamação à morte do infante D. Pedro”, título do Capítulo 126, em que o cronista aponta o dedo a vários indivíduos e fatores sem se decidir acerca da responsabilidade última de qualquer um deles.

Nem Fernão Lopes nem Rui de Pina teriam tido a mínima ideia do que era uma tragédia grega, mas temos em D. Pedro um herói quase no sentido aristotélico, o homem bom, mas imperfeito, como atesta a sua decisão arrogante ou até híbrida de dar o lugar do condestável a um membro da família, que recebe como consequência uma punição excessiva e desmerecida. A inexorabilidade deste processo, o fracasso de todos os meios empregados pelo infante para sair das suas dificuldades, contribui também para estabelecer a nota trágica.

Para conseguir o efeito desejado o cronista tinha de tratar a cronologia com alguma liberdade, porque a disputa com as Braganças começou em 1443, numa época em que D. Pedro ainda era regente e, portanto, senhor poderoso de Portugal. Na verdade, foi só em julho de 1448, algum tempo depois de D. Afonso ter atingido a maioridade, que o infante desistiu definitivamente da regência e a sua queda vertiginosa começou (Moreno, 1979: 259). Por isso, os capítulos referentes ao período 1443-1448 são dedicados quase exclusivamente a acontecimentos ocorridos fora de Portugal, havendo muito pouca informação acerca do que se passava no reino excetuando o processo complexo pelo qual D. Pedro deixou de ser regente.

Uma vez afastado da corte, os problemas caem em cima do infante. Em primeiro lugar, o rei, já sob a influência do clã dos Bragança, começa a sentir a maior hostilidade contra o homem que o tinha tratado como filho. O cronista, sempre respeitoso para com a pessoa do rei, atribui esta mudança de espírito às pressões exer-

cidas na sua “mole e nova idade” (Capítulo 91), mas o monarca mostra-se inflexível durante os poucos meses que ficavam da vida de D. Pedro. Entretanto este tenta justificar a sua atuação como regente, ou por escrito, ou pela mediação de amigos e familiares. Porém, por uma razão ou outra, as cartas do infante nunca chegam às mãos de D. Afonso, e o acesso dos amigos à pessoa do rei é bloqueado. Além disso, como já vimos, o infante D. Henrique, irmão menor de D. Pedro, não o defendia “com aquela fortaleza e escarmento que ele a seu irmão devia, e o mundo esperava, o que lhe fora bem possível, se quisesse” (Capítulo 92). O caso da filha, a rainha D. Isabel, casada há pouco com D. Afonso, era diferente.

A intervenção da rainha vem quase no fim do processo que leva à morte do pai. De joelhos, pede ao marido que não continue a atuar contra o infante, o que o rei promete fazer, se D. Pedro “como quem errou me quiser mandar pedir perdão” (Capítulo 115). O infante, relutante, concorda e envia de Coimbra o documento pedido, junto com uma carta à filha em que confessa que o fez “mais por vos comprazer e fazer mandado, que por me parecer razão”. D. Afonso vê estas palavras como prova da culpa do ex-regente, “e rompeu logo a carta do perdão”.

Nota-se, nesta fase da vida de D. Pedro, como vem o declínio psicológico juntamente com o desaparecimento dos possíveis meios de salvação. Já não é o político de juízos certos mas, como o incidente com a carta de perdão prova, toma decisões irrefletidas. Destas as mais desastrosas são a resolução de sair de Coimbra com o exército para ir ao encontro das forças reais e o juramento, feito em comum com o grande amigo, D. Álvaro Vaz de Almada, de “morrer um quando o outro morresse” (Capítulo 114).

O juramento, solenizado na presença de um sacerdote, apesar dos protestos deste, indica como o infante vê a morte como única solução dos seus problemas, o que ocorre efetivamente no campo de batalha

de Alfarrobeira. Logo depois do falecimento do infante, ocasionado por uma seta disparada por um soldado invisível, D. Álvaro lança-se em pleno combate, onde é trucidado pelos seus inimigos.

As tribulações do infante não acabaram com a morte, porque o seu corpo ficou por três dias no campo da batalha sem sepultura. Mais tarde foi levado à igreja vizinha de Alverca e depois, por medo de um possível furto pelos amigos do ex-regente, ao castelo de Abrantes. Na verdade, foi só após o nascimento em 1455 do príncipe D. João, futuro D. João II, que a rainha se sentiu suficientemente segura para pedir ao marido que os ossos do pai fossem transferidos com toda a solenidade ao mosteiro de Batalha, o que efetivamente aconteceu.

Na ótica providencialista de Pina um crime do tamanho do da morte do infante não podia passar sem punição divina, como explica na Exclamação do Capítulo 126: “Mas porque com isto a bondade e justiça de Deus foi claramente ofendida, como justo e poderoso que é, nom permitiu que tamanha culpa ficasse sem grave pena e justa vingança”, nomeadamente, a execução de D. Fernando, 3.º duque de Bragança, “neto do culpado”, como o cronista lhe chama, na praça de Évora em 1483, depois um processo jurídico iniciado pelo então rei D. João II, “neto do inocente”.

Desta forma acaba a longa narrativa da ascensão e queda do infante, narrativa sabiamente controlada e comentada pelo cronista para que no espírito do leitor não possa haver dúvidas acerca do destino trágico desta personagem-chave da história medieval portuguesa. No retrato de D. Pedro existe uma “dimensão retórico-ficcional”, para empregar a linguagem do Prof. Reis, claramente evidente na concentração do cronista na grandeza política e moral do regente, por um lado, e na traição e injustiça de que foi vítima e que levaram à sua morte, por outro. Os outros aspetos da vida do biografado não têm lugar nesta visão heróica e trágica.

No entanto, estes outros aspetos existiam. Um deles é a lenda do “infante das sete partidas”, das viagens, umas factuais, outras fantásticas, às quais a publicação em Sevilha, cerca de 1515, do *Libro del infante don Pedro* do espanhol Gómez Ramírez de Santisteban deu um grande impulso (Rogers, 1961: 241-302). Em tempos modernos reconhece-se também a contribuição de D. Pedro à vida intelectual da sua época (Simões, 2001: 403-08). Porém, das viagens a *Crónica de D. Afonso V* não nos diz absolutamente nada, enquanto o *Livro da Virtuosa Benfeitoria* e as outras obras literárias do infante só merecem uma menção muito breve (Capítulo 127).

Contudo, apesar das suas omissões, o cronista figurou a personagem do infante com uma nitidez que garantiu a persistência da sua fama. É verdade que existe uma poesia, da autoria de Luís de Azevedo, escrita cerca de 1450, muito antes da crónica, em que a morte do infante é lamentada (Dias, 1990: 467-71). Porém, esta pequena obra não podia ter o impacto do livro de Pina (ou Lopes), em que a visão do historiador confunde-se com a do artista, com a consequência de que o infante é simultaneamente uma figura da vida real e uma construção literária. Daqui vem a facilidade com que a figura nítida e empolgante do “príncipe no mundo raro”, como lhe chama Francisco de Sá de Miranda, pode transitar da crónica propriamente dita a outros géneros históricos, como os epítomes da história portuguesa tão numerosos no século XVI e na primeira parte do século XVII, e até à poesia.

Rui de Pina morreu em 1522 ou 1523. Já em 1535 Cristóvão Rodrigues Acenheiro tinha compilado as suas *Crónicas dos senhores reis de Portugal*, “recopiladas, sumadas, abreviadas todas lembranças das carónicas velhas e novas sem mudar sustância de verdade” (Acenheiro, 1824: 12), embora só impressas muitos séculos depois. Nesta obra o infante continua a ser o herói sem par, injustamente perseguido, mas a sua vida reduz-se a algumas cenas empolgantes

(Acenheiro, 1824: 247-59), como por exemplo a recusa da estátua, a disputa com o conde de Ourém acerca do lugar de condestável do reino, a carta à rainha que ocasionou a ira de D. Afonso V e outras. Acenheiro indigna-se especialmente com a falta de respeito para com o corpo morto de D. Pedro, que foi a causa de “grande prasma e vitupério da casa real” (Acenheiro, 1824: 259).

Perto do fim do século Pedro de Mariz, outro abreviador, retém a mesma opinião favorável da atuação de D. Pedro. Copia passagens extensas da *Crónica de D. Afonso V* nos seus *Diálogos de vária história*, referindo-se a Rui de Pina por nome (Mariz, 1597: fól. 165) e confessando “que parece quási impossível a tão bons serviços, tão mau galardão, como este infante recebeu” (Mariz, 1597: fól. 167v.). Num livro de 1621, escrito em latim e editado em Antuérpia, com o fim evidente de chegar a um público internacional, António de Vasconcelos também dá ênfase à benevolência da regência de D. Pedro: “Por isso, Pedro governava Portugal durante dez anos santa e piamente, caro a todos, inimigo de ninguém” (Vasconcelos, 1621: 200).⁴ Uns anos mais tarde Manuel de Faria e Sousa dá outra dimensão à história do regente, comparando-o com Germânico, militar famoso do tempo do Império Romano, homem benquisto do povo, mas que morreu em circunstâncias pouco claras, talvez envenenado por ordem do imperador Tibério, que sentia ciúmes dele. Há evidentes paralelos com a vida do infante, como o autor explica: “Mas bien se puede decir dél, como del famoso Germánico, que si después le enterraron sin pompa, no le pudieron quitar el merecerla. Tal el remate de los días de um héroe que no mereció desprecios” (Faria e Sousa, 1628: 480).

⁴ *Petrus igitur rem Lusitanam totos decem annos sancte pieque, omnibus gratus, infensus nemini administravit.* Tradução minha.

Através destes exemplos vê-se como a figura de D. Pedro, apesar de não perder de todo o seu estatuto de personagem histórica real, se reduz a uns traços epigramáticos que fazem dele o exemplo do herói traído. É um processo ainda mais evidente na poesia.

Não existe referência ao regente n’*Os Lusíadas*, possivelmente porque um incidente como a batalha de Alfarrobeira, que ameaçava a vida do próprio rei de Portugal, não tinha lugar na epopeia nacional. Contudo, outros poetas quinhentistas aproveitaram o retrato que os cronistas lhes transmitiam. Para Sá de Miranda, por exemplo, cabia muito bem na carta que dirigiu ao rei D. João III, avisando o monarca contra os intriguistas que pululavam na corte. Portanto diz de D. Pedro:

Em verdade um grande infante
 Tratado por manhas mal,
 Bradava por campo igual
 E inimigos claros diante
 (Miranda, 1977: 42).

Não é impossível que o poeta se tenha inspirado nas próprias palavras do cronista que relata que, pouco antes da batalha fatal, o infante “detriminou, quando melhor nom podesse ser, de morrer no campo, requerendo e bradando a el-rei por sua justiça” (Capítulo 113). Nota-se, no entanto, que o que o poeta diz não é exatamente o mesmo, prova de como a figura do infante é transformada em recriações sucessivas.

Pela sua parte, António Ferreira incluiu nos *Poemas Lusitanos* uma série de epitáfios dedicados a personagens históricas, dos quais dois têm como sujeito o infante, que sofre mais uma elaboração histórico-literária. Aqui o D. Pedro morto fala a um transeunte imaginado, protestando contra o desrespeito com que foi tratado:

Meus ossos estiveram em prisão dura,
 Té que meu neto, e vingador nasceu.
 Contra mim se quebraram sangue, e leis.
 Aqui estou, filho, sogro, e pai de reis
 (Ferreira, 2008: 372, Epit. 5, vv. 5-8).

A “prisão dura” é evidentemente o castelo de Abrantes, e o neto e vingador D. João II. No verso final a ascendência real do infante contrasta com a injustiça de que foi vítima. Com efeito, foi filho de D. João I, pai de D. Isabel, esposa de D. Afonso V e, tal como explica o cronista, com alguma incorreção, no Capítulo 129, o filho mais velho, também chamado Pedro, foi durante pouco tempo rei de Aragão, enquanto outro filho, D. João, se tornou rei de Chipre. Na realidade, D. João nunca sucedeu ao trono, morrendo em 1457 como príncipe de Antioch (Rogers, 1961: 81).

Outro exemplo de elaboração encontra-se no tratamento dado ao episódio famoso da recusa da estátua, mencionado acima, pelo poeta setecentista Correia Garção que transforma o prognóstico sombrio do infante numa afirmação das virtudes cívicas e morais. Na crónica, o infante diz: “Amigos, se a minha imagem ali estivesse escolpida, ainda virão dias que, em galardão dessa mercê que vos fiz ... vossos filhos a derribariam e com as pedras quebrariam os olhos” (Capítulo 54). Não explica as razões de tal desacato, que são, no entanto, fornecidas nos decassílabos soltos que Correia Garção põe na boca de D. Pedro:

Fora imprópria
 A glória que me dais se nessa estátua
 Descobrissem os séculos futuros
 As máculas horrendas da vanglória
 (Correia Garção, 1957: 285).

Durante os quase três séculos que separam a composição da *Crónica de D. Afonso V*, terminada em 1504, e a sua primeira edição, em 1790, é notável a maneira consistente com que a figura do infante é contemplada. Mesmo se Correia Garção e os outros poetas tivessem modificado o retrato, em conformidade com as suas próprias preocupações, as linhas gerais continuam a ser as mesmas, graças à pujança do retrato que Lopes e Pina nos deixaram dele.⁵

REFERÊNCIAS

- ACENHEIRO, Cristóvão Rodrigues (1824). *Chronicas dos senhores reis de Portugal*, in *Collecção de ineditos da historia portugueza*, vol. V. Lisboa: Academia Real das Sciencias.
- AMADO, Teresa (1991). *Fernão Lopes, contador de história: sobre a Crónica de D. João I*. Lisboa: Estampa.
- AMADO, Teresa (2001). “Fernão Lopes”, in *História da Literatura Portuguesa* vol. I. Lisboa: Alfa. 437-77.
- DIAS, Aida Fernanda (ed.) (1990). *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*, vol I. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda [1516].
- DINIS, António J. Dias (1949). *Vida e obras de Gomes Eanes de Zurara*, vol. I. Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- FERREIRA, António (2008). *Poemas Lusitanos*, ed. T. F. Earle. 2.^a ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian [1598].
- GARÇÃO, Pedro Joaquim António Correia (1957). *Obras Completas*, vol. I, ed. António José Saraiva. Lisboa: Sá da Costa.
- GÓIS, Damião de (1955). *Crónica do felicíssimo rei D. Manuel*, eds. Joaquim Martins Teixeira de Carvalho e David Lopes, vol. IV. Coimbra: Por Ordem da Universidade [1567].

5 Queria exprimir o meu agradecimento à minha colega, a Prof. Cláudia Pazos-Alonso, pela colaboração linguística e estilística à elaboração deste artigo.

- GOMES, Saul António (2009). *D. Afonso V*. Lisboa: Temas e Debates.
- LANDIM, Gaspar Dias de (1892-4). *O infante D. Pedro*, ed. Luciano Cordeiro. Lisboa: Bibliotheca de Classicos Portuguezes.
- LOPES, Fernão (1977). *História de uma revolução*, ed. José Hermano Saraiva. Lisboa: Seara Nova.
- LOPES, Fernão (2017). *Crónica de D. João I*, ed. Teresa Amado. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- MARIZ, Pedro de (1597). *Diálogos de vária história*. Coimbra: António de Mariz.
- MIRANDA, Francisco de Sá de (1977). *Obras Completas*, ed. Rodrigues Lapa, vol. II. 3.^a ed., Lisboa: Sá da Costa [1595].
- MORENO, Humberto Baquero (1979). *A batalha de Alfarrobeira*, 2 vols. Coimbra: Por Ordem da Universidade.
- REIS, Carlos (2015). *Pessoas de livro: estudos sobre a personagem*. 2.^a ed., Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- ROGERS, Francis M (1961). *The Travels of the Infante D. Pedro of Portugal*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- SIMÕES, Manuel (2001). “O infante D. Pedro e o *Livro da Virtuosa Benfeitoria*”, in *História da Literatura Portuguesa* vol. I. Lisboa: Alfa. 403-408.
- SOUSA, Manuel de Faria e (1628). *Epitome de las historias portuguesas*. Madrid: Francisco Martinez.
- VASCONCELOS, António de (1621). *Anacephalaeosis id est, summa capita actorum regum Lusitaniae*. Antuérpia: apud Petrum et Ioannem Belleros.
- WHITE, Hayden (1990). “The Value of Narrativity in the Representation of Reality”, in *The Content of the Form*. Baltimore: Johns Hopkins University Press. 1-25 [1980].